



Eleições 2014

Zé Maria: campanha vai à classe operária

Página 11

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR

NÚMERO 483

DE 31 DE JULHO A 12 DE AGOSTO DE 2014

ANO 17

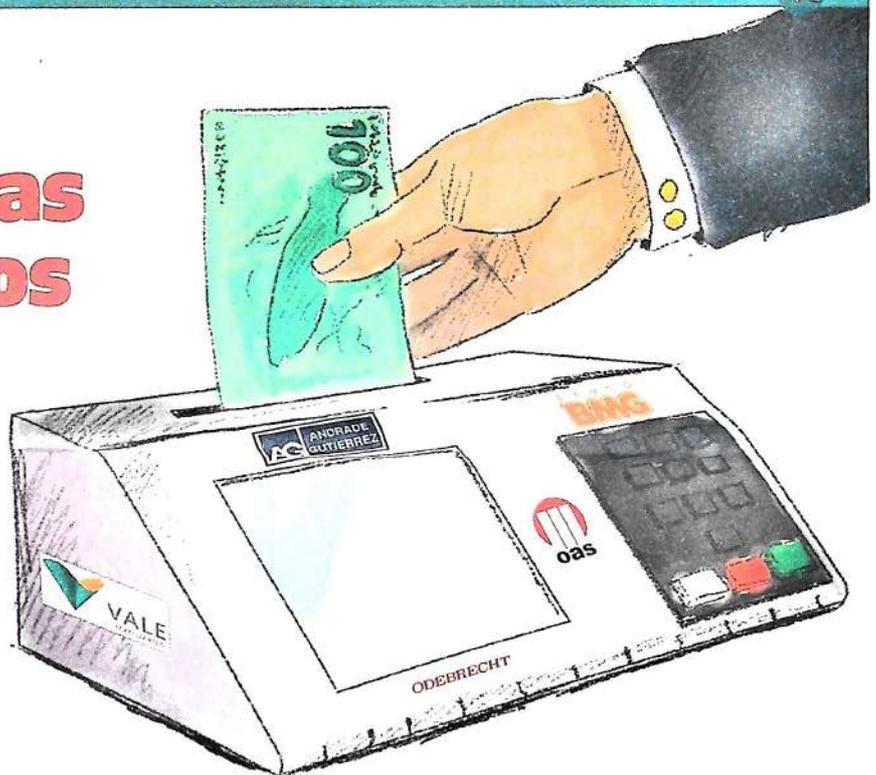
R\$ 2

PT, PSDB, PSB...

Empreiteiras e banqueiros financiam todos eles!

PSTU não aceita dinheiro
dos patrões!

Páginas 8 e 9



Palestina

Chega de genocídio em Gaza! Abaixo o Estado de Israel! Por uma Palestina livre, democrática e laica!

Páginas 14 e 15



Copa intensifica criminalização dos movimentos sociais

Lutar não é crime. A “democracia dos ricos” mostra sua face repressiva e coloca na mira movimentos sociais, ativistas e sindicatos.

Américo Astuto do Illaese

Manifestantes protestam contra a privatização do pré-Sal, no Rio de Janeiro em 2013.



Não é nenhuma novidade o fato da justiça em nosso país livrar corruptos e poderosos da cadeia. Mas, agora, querem transformar a luta dos trabalhadores e da juventude em crime. A prisão de 23 ativistas no Rio de Janeiro foi realizada de maneira absolutamente arbitrária. A chamada “Operação Firewall II”, coordenada pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (CDRCI), realizou ações que levaram à invasão de casas sem mandado de busca, confisco de livros e de documentos pessoais. O Ministério Público baseou sua denúncia em infiltrações policiais no movimento, monitoramento de ativistas, grampos telefônicos e colaboração premiada, lembrando os inquéritos da época da ditadura. Os ativistas

foram acusados de danos, resistência, lesões corporais, posse de artefatos explosivos e corrupção de menores.

Alguns foram indiciados por administrar páginas do Facebook.

Advogados de defesa dos

ativistas tiveram celulares grampeados, sem qualquer prova de ilegalidade apresentada no inquérito que pudesse justificar a escuta. Uma violação do Estatuto do Advogado (Lei 8.906), que garante o sigilo telefônico relacionado ao exercício da profissão. Segundo o juiz João Batista Damasceno, “esse projeto [a operação da polícia] tem sido coordenado entre os secretários de segurança sob o guarda-chuva do Ministério da Justiça”. Isso mostra que há uma aliança entre os governos estaduais e o federal para reprimir o movimento.

Sindicatos na mira

A denúncia busca também envolver os sindicatos em um suposto “financiamento dos protestos”. Entre as entidades citadas figuram o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), o Sindprev (previdência) e o Sindpetro

(petroleiros). Este último, segundo a polícia, teria fornecido dinheiro, transporte, carros de som e alimentação para ativistas participarem de ocupações e manifestações violentas. Em contrapartida, integrantes do sindicato teriam cobrado o recolhimento de assinaturas contra o leilão do Campo de Libra.

Esse tipo de denúncia quer tornar crime qualquer tipo de solidariedade entre os trabalhadores e a juventude, especialmente o apoio material a uma determinada luta. Por essa lógica, qualquer apoio de um sindicato a uma luta de outra categoria, ou shows de artistas em prol de uma greve (o que foi muito comum nos anos 1980), seria tratado como crime. Nos protestos contra o leilão de Libra, o que houve foi uma justa solidariedade contra a privatização do pré-sal. Isto sim um crime contra a soberania do Brasil. ■

Rede Globo tem saudades da ditadura

É bem conhecida a colaboração da Rede Globo com a ditadura. Hoje, a Globo continua servindo aos aparatos da repressão contra os movimentos sociais. A emissora teve acesso aos processos antes mesmo dos advogados dos ativistas presos e lançou uma propaganda acusatória e incriminadora dos acusados, manipulando informações e não garantindo nenhum direito de defesa.

Na prática, agiu de forma coordenada com a polícia na criminalização dos ativistas. Algo que aprendeu a fazer muito bem quando colaborava com os generais da ditadura.

Nas ruas. Protestos contra a criminalização das lutas

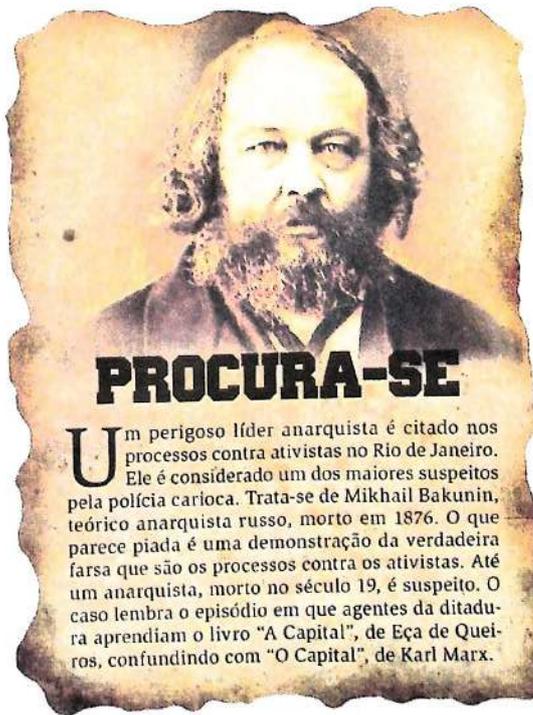
Vários atos contra a criminalização dos movimentos estão sendo marcados no Rio de Janeiro, em unidade com sindicatos, entidades como a OAB-RJ, partidos de esquerda como PSTU e PSOL e ativistas de direitos humanos.

“O Rio vive com mais intensidade esse recrudescimento da criminalização dos movimentos sociais, mas esse é um processo nacional. Em Porto Alegre, nosso companheiro Matheus Gomes teve sua casa invadida, documentos e livros confiscados e é acusado de formação de quadrilha. Em São José dos Campos [SP], o companheiro Renatão foi processado pela mesma juíza que ordenou o massacre do Pinheirinho, por organizar um tradicional bloco de carnaval do sindicato dos metalúrgicos da região”, explicou o presidente

do PSTU-RJ, Cyro Garcia.

A escalada repressiva também recaiu sobre a greve dos metroviários de São Paulo. Poucos dias antes da abertura da Copa, o governo de Geraldo Alckmin demitiu 42 trabalhadores. A ação foi um claro golpe contra o direito de greve.

As manifestações vão prosseguir em todo país. É preciso exigir o fim da criminalização dos movimentos sociais, a desmilitarização da Polícia Militar, a punição dos agentes de Estado que reprimem os trabalhadores, o arquivamento de todos os inquéritos contra lutadores sociais e absolvição imediata de todos os processados. É preciso, também, exigir do governo tucano a readmissão imediata dos metroviários de São Paulo.



PROCURA-SE

Um perigoso líder anarquista é citado nos processos contra ativistas no Rio de Janeiro. Ele é considerado um dos maiores suspeitos pela polícia carioca. Trata-se de Mikhail Bakunin, teórico anarquista russo, morto em 1876. O que parece piada é uma demonstração da verdadeira farsa que são os processos contra os ativistas. Até um anarquista, morto no século 19, é suspeito. O caso lembra o episódio em que agentes da ditadura apreendiam o livro “A Capital”, de Eça de Queiros, confundindo com “O Capital”, de Karl Marx.